

O NOVO IMPERIALISMO DE DONALD TRUMP

Carlos Eduardo Martins*

Temos apresentado a conjuntura mundial contemporânea como caracterizada pelo caos sistêmico, que se estabeleceu hodiernamente a partir da ruptura da política externa estadunidense com o imperialismo informal e a globalização neoliberal, desde a eleição de Donald Trump em 2016.

Essa ruptura possui causas profundas e já avançava molecularmente durante o mandato de Barack Obama, com o crescimento da economia política de sanções e o seu direcionamento para a Rússia, buscando impedir o desenvolvimento geoeconômico da Eurásia, onde Moscou aporta território, localização e recursos estratégicos. A isso, somam-se as guerras híbridas que atingiram a Ucrânia e a América do Sul, em especial o Brasil – além do Norte da África –, afetando espaços vitais da multipolaridade emergente, do poder embrionário do BRICS e de sua área de influência.

Foi Donald Trump, todavia, quem afrontou o neoliberalismo, pretendendo subordiná-lo a um capitalismo de Estado que submetesse o mercado mundial ao poder estatal dos Estados Unidos, abrindo o espaço para o estabelecimento de um império global e de uma nova etapa do imperialismo, que chamamos de imperialismo *toutcourt* para designar o emprego aberto da violência estatal no sistema-mundo que não alcança uma ordem estável e aprofunda os conflitos internacionais, gerando situações disruptivas.

Donald Trump reconheceu o declínio estadunidense e a necessidade de redefinir as prioridades estratégicas e os interesses vitais. Partindo da percepção de escassez relativa de força, descartou o universalismo liberal em favor do excepcionalismo norte-americano e de seus interesses econômicos e de exercício de poder. Diferentemente de Barack Obama, que pretendeu liderar uma ordem multilateral capaz de incorporar potências emergentes, Donald Trump afirmou o retorno da era de rivalidades entre as grandes potências.

Declarou a China e a Rússia potências revisionistas que ameaçariam a ordem, a prosperidade, os interesses e valores estadunidenses. Nomeou Pequim o principal inimigo externo a ser contido e o liberalismo político e o socialismo os maiores inimigos internos.

Descartou os principais paradigmas da política externa norte-americana: o internacionalismo emergente no pós-Guerra Fria e a sua pretensão de exportar regimes políticos liberais e substituir autocracias; e as políticas de hegemonia, iniciadas no pós-Guerra, que financiaram alianças políticas através de assistência militar e econômica, principalmente na Europa e no Leste Asiático.

Paralisou a Organização Mundial do Comércio, retirou Washington do Acordo de Paris e de inúmeras organizações internacionais, negou o aquecimento global, rejeitou as regulações

*Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da UFRJ. Autor, entre outros livros, de Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina (Boitempo) [<https://amzn.to/3U76teO>]. Artigo publicado originalmente no site A Terra é Redonda em 03.03.2026

ambientais, rechaçou os déficits comerciais, iniciou uma ofensiva tarifária contra a China e um conjunto de sanções e embargos extensivos a terceiros países para isolá-la e afastá-la da corrida pelo domínio da vanguarda do paradigma microeletrônico.

Reivindicou o restabelecimento do poder industrial estadunidense, a repatriação de capitais e estendeu a ofensiva tarifária tanto aos países superavitários em relação aos Estados Unidos quanto àqueles, cujas diretrizes políticas e sociais afetavam seus interesses.

Donald Trump inverteu a aposta de Richard Nixon e Henry Kissinger de incluir a China na ordem internacional estadunidense para isolar a URSS. Ele negocia as reivindicações territoriais de Putin na Ucrânia para afastá-lo de Xi Jinping e da resistência às ações de expansão do unilateralismo norte-americano.

Fragiliza a OTAN, ameaça a Europa, reforça a sua balcanização, dá suporte a forças nacionalistas, alimenta as tensões com a Rússia para evitar o fortalecimento de um poder regional e atuar como poder estabilizador, transformando a assistência militar em exportação de armas e serviços de defesa e em exploração de recursos estratégicos.

Donald Trump reapropriou a Doutrina Monroe, originalmente destinada a condenar a reconquista colonial dos países americanos pela Santa Aliança, para usá-la contra as decisões soberanas dos países latino-americanos e caribenhos de escolherem sua política externa e os Estados e formações sociais com que cooperam nos planos econômico, político, social e diplomático.

Trata-se, em verdade, da retomada da Doutrina do Destino Manifesto, estendendo-a a todo o Hemisfério Ocidental para expulsar a presença chinesa e russa da região e estabelecer protetorados e governos títeres dos interesses estadunidenses, independentemente de sua orientação política e de seus valores, desde que sejam cooperativos por adesão ideológica ou por sujeição às ameaças de emprego do poder militar norte-americano.

O Hemisfério Ocidental substitui o Oriente Médio na condição de espaço vital estadunidense, mas o projeto de poder mundial de Donald Trump não delimita zonas de influência: é o de construir um império global que impeça o surgimento de qualquer força regional capaz de ameaçar o poder estadunidense.

Apoia o subimperialismo sionista para criar uma alternativa à Rota da Seda que una a Índia ao Mediterrâneo europeu e respalda a sua ingerência além dos limites bíblicos da Grande Israel para atingir o Irã. A meta é produzir uma mudança de regime, controlar o Estreito de Ormuz com um governo pró-estadunidense e ameaçar a China, colocando em risco o seu abastecimento energético.

A incapacidade de Israel para cumprir esta missão tem levado ao crescente envolvimento militar dos Estados Unidos no Irã, com o bombardeio do seu projeto nuclear, deslocamento de porta-aviões para as suas imediações e um ataque e campanha militar.

No entanto, Donald Trump acentua as vulnerabilidades estruturais dos Estados Uni-

dos. As ameaças e violações que lança sobre as soberanias estatais no mundo agregam-se ao crescente parasitismo financeiro e ao declínio tecnológico para impulsionar uma corrida global contra o dólar. No século XXI, o ouro elevou o seu preço em relação ao dólar mais de 15 vezes e, desde janeiro de 2024, 2,4 vezes.

Em 2000, o dólar representava 60% das reservas monetárias mundiais, patamar muito semelhante ao de 2016 (56%), quando Donald Trump se elegeu presidente da República pela primeira vez. Desde então, a participação do dólar despencou para 43,8% em 2025 e a do ouro aumentou de 10,9% para 24,2%. Um dos principais determinantes desse processo é a compra do metal pela China: em 2008, suas reservas que eram de 599 toneladas, passaram para 1054 (2009), 1658 (2016), 1948 (2022) e, 2030 toneladas em 2025.

Há fortes evidências de que estamos próximos de uma grave crise financeira nos Estados Unidos, que deverá colocar em questão o último pilar de sua hegemonia: o protagonismo do dólar. Ela possivelmente se desdobrará ao longo da quarta grande queda do índice Dow Jones em relação ao ouro.

A primeira queda, de 90%, ocorreu entre 1929 e 1933, com a trajetória de recuperação iniciando-se em 1941, a qual se converteu em prosperidade até atingir o limite em 1967; o segundo tombo, de 95%, deu-se entre 1967 e 1979, com a retomada a partir de 1981 prolongando-se até 2001; a terceira grande baixa, de 85%, ocorreu entre 2001 e 2011, sendo revertida de 2013 a 2022 – ano em que se inicia a quarta grande inflexão negativa, um processo que já derrubou o marcador em 50%.

A capacidade de o imperialismo norte-americano fazer frente a isso é muito limitada. Desde 2008, os Estados Unidos ingressaram em uma fase recessiva do ciclo de Kondratieff iniciado em 1994, o que reduziu o crescimento anual do PIB per capita entre 2008 e 2024 para 1,2% – quase metade da taxa registrada entre 1994 e 2007 (2%). Se a imensa expansão do déficit público e da dívida pública foi crucial para elevar o coeficiente Dow Jones/ouro, a taxa de lucro, a rentabilidade dos investimentos e defender o dólar entre 2013 e 2022, tais instrumentos parecem agora insuficientes para elevar o preço dos ativos e enxugar a moeda: não apenas pelo tamanho dos estoques, mas principalmente pela dimensão da pressão do mercado mundial.

Os Estados Unidos estão perdendo a corrida tecnológica para a China de forma irreversível: foram ultrapassados em número total de patentes e em patentes per capita, em 2012 e 2018, respectivamente; responderam por 9,9% do crescimento do PIB global em 2025, contra expressivos 26,5% da China; e viram a potência asiática expandir o seu saldo comercial para US\$ 1,2 trilhão, de US\$ 538 bilhões em 2024.

Sem o respaldo do dólar como moeda forte, o poder militar do imperialismo perde grande parte da sua capacidade de atuação. Donald Trump sabe os custos econômicos, sociais e políticos da guerra para os Estados Unidos e quer evitá-los: as intervenções no Iraque e Afeganistão custaram US\$ 8 trilhões, a vida de 7 mil soldados e de 8 mil contratistas, sem

mencionar os 30 mil veteranos de guerra que se suicidaram. Sua estratégia é contorná-los, construindo um império coercitivo global baseado na extorsão e em ações de demonstração capazes de promover o medo e garantir conquistas sem maior resistência.

Essa estratégia, todavia, está ancorada em uma grande dose de blefe, terá problemas para se sustentar se houver conflito prolongado e traz consequências de difícil controle a médio prazo: acentua a insegurança mundial, deteriora o poder financeiro dos Estados Unidos, agrava o desgaste interno e internacional, acelera o caos sistêmico e a organização da resistência mundial.

O assassinato de Ali Khamenei e seus assessores mais próximos mostra o enfoque radicalmente elitista que Donald Trump quer aplicar às relações internacionais. Para ele, os Estados são dirigidos pelas elites e não pelo povo e, caso se as neutralize por extermínio, sequestro ou ameaça, se coopta o Estado e o submete ao hegemón em expansão. Ele não quer lutar contra exércitos ou povos, mas espalhar o terror nos tomadores de decisão e vencer guerras com algumas dezenas ou centenas de mortos, baixos custos financeiros, políticos e militares.

É a nova versão da *Blitzkrieg* nazista: guerra de assalto vinculada a uma tecnologia militar e informacional de alta precisão. Mas, se funcionou na Venezuela, não significa que vá funcionar no Irã, que possui uma estrutura estatal de 47 anos, sólidos aparatos militares e paramilitares, uma ampla população xiita espalhada no Oriente Médio e uma ideologia política religiosa que valoriza o martírio.

O objetivo de Trump é controlar o Estreito de Ormuz ao provocar a mudança de regime no Irã, criar uma grande vulnerabilidade energética para a China com impactos gerais sobre sua economia, e debilitar a Rússia na frente ucraniana com a subtração ou reorientação – para a sua adversária – da exportação de tecnologia militar persa. O propósito final de Donald Trump é impor a mudança de regime na Rússia e na China e garantir um século XXI sob domínio de um império global estadunidense.

A China, por sua vez, prefere a estratégia de ascensão pacífica. Ela continuará a retaliar economicamente os Estados Unidos acelerando a substituição do dólar pelo ouro como moeda de reserva. A cotação do ouro deverá disparar acelerando a crise do dólar.

A sua aposta é paralisar a máquina de guerra dos Estados Unidos com a crise do padrão monetário, evitando um conflito militar indireto ou direto com a potência norte-americana. Todavia, provavelmente terá que recalibrar a sua estratégia para aumentar o seu poder de dissuasão, fortalecer a sua liderança e a densidade de suas parcerias internacionais.

O tempo corre contra os Estados Unidos que, com a agenda neofascista de Donald Trump, faz uma aposta política altíssima de ultrapassá-lo para reverter as tendências estruturais da economia mundial.